

Relator na Câmara quer cortar exceções da Reforma Tributária

REFORMA TRIBUTÁRIA

EXCEÇÕES EM XEQUE**Relator quer reduzir IVA e rever benefícios a profissionais liberais, taxistas e Zona Franca**GERALDA DOCA, VICTORIA ABEL
E ALVARO GRIBEL
@globo.com.br

Às vésperas da votação da Reforma Tributária na Câmara, prevista para a próxima semana, o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou, em entrevista ao GLOBO, que não vai incluir novas exceções no texto e quer revisar regimes específicos adicionados pelo Senado. O objetivo, de acordo com ele, é diminuir a alíquota média do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em relação ao texto que veio do Senado, ou seja, reduzir a carga tributária.

A reforma foi aprovada no Senado em novembro, depois de uma primeira passagem pela Câmara. Ela une os cinco impostos sobre o consumo: PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI. Na prática, o consumidor passará a pagar um tributo, o IVA, que será dividido em dois no momento do recolhimento: o Imposto sobre Bens e Serviços (CBS), que será direcionado para a União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai para estados e municípios.

Se não houver mudanças no mérito do texto e apenas trechos forem retirados, a matéria não precisará voltar para o Senado e seguirá direto para a promulgação. A alíquota padrão do IVA estimada pelo Ministério da Fazenda, quando a proposta de emenda à Constituição (PEC) saiu pela primeira vez da Câmara, era entre 26,5% e 27%. Após as mudanças aprovadas pelo Senado, o valor estimado do tributo subiu para 27,5%.

—Vamos trabalhar para haver redução. Acho que mais de 90% da PEC mantiveram o espírito do IVA. Vamos avaliar se é possível tecnicamente, naquilo que discordo, apenas suprimir. Vou ter que conversar muito com o Senado. No meio disso tudo está a política. O Senado teve uma votação que, politicamente, foi mais complexa do que na Câmara, mais apertada — disse o relator.

Ribeiro adiantou que pretende rever alguns setores que foram incluídos entre os regimes especiais e de alíquotas reduzidas, como companhias aéreas, taxistas, profissionais liberais e o modelo adotado para a Zona Franca: — Eu pedi à Fazenda o impacto de tudo até sexta-feira (ontem). Quero entender a intenção de incluir determinados setores no regime específico, para ter uma tributação menor. Tecnicamente, vou propor o que deve ficar, e nós vamos submeter à política.

— Eu pedi à Fazenda o impacto de tudo até sexta-feira (ontem). Quero entender a intenção de incluir determinados setores no regime específico, para ter uma tributação menor. Tecnicamente, vou propor o que deve ficar, e nós vamos submeter à política.

IMPACTO PARA TODOS

Ele disse que na votação na Câmara houve a preocupação de seguir as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): — Na Câmara, colocamos no regime específico os seto-



Novo etapa. O relator da Reforma Tributária na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), pretende revisar regimes específicos adicionados pelo Senado

res que têm tratamento diferenciado na OCDE, como consórcio e seguro-saúde, que é uma venda direta do fornecedor para o consumidor final.

No Senado, o relator Eduardo Braga (MDB-AM) deu às empresas aéreas os mesmos benefícios dos transportes coletivos rodoviários. Com isso, elas contariam com um regime específico, que ainda precisa ser definido por lei complementar.

Além disso, as Sociedades Anônimas de Futebol (SAF) foram incluídas entre os possíveis incentivos para o setor de turismo.

— Quero entender por que a sociedade de futebol ficou com regime diferenciado. No caso das aéreas, achamos que deveria ser aviação regional, porque elas têm um custo de implementação, onde o ICMS pesa muito, sobretudo os combustíveis — disse Ribeiro.

A isenção total de IVA para compra de automóveis por pessoas com deficiência e taxistas também foi acrescentada no Senado. Ribeiro reconhece o mérito das categorias, mas lembra o impacto no caso dos acréscimos: — É meritório, lógico, mas sempre tem impacto. Quando se coloca tudo, sem definir temporalidade, é um benefício perene, que tem impacto significativo para estados, municípios e toda a população.

O modelo adotado para a Zona Franca de Manaus no relatório do Senado também

leveu a protestos de outros estados, principalmente dos das regiões Sul e Sudeste. A proposta prevê a criação de uma Cide, um tributo que iria recair sobre produtos industrializados que não tenham sido fabricados na Zona Franca e sejam do mesmo tipo daqueles produzidos na região.

— Como não tem marco temporal, qualquer empresa pode ir para a Zona Franca e impactar todo mundo. Essa é uma das questões mais críticas. Vamos ter que nos entender com o Senado, com a Fazenda e fazer uma avaliação técnica — comentou Ribeiro.

INCENTIVO A MONTADORAS

Outra novidade adicionada pelos senadores foi a redução da alíquota padrão do IVA em 30% para profissionais liberais, como advogados, engenheiros e arquitetos que não façam parte do Simples Nacional. Ribeiro sinalizou que o benefício será estudado com cautela:

— Em relação aos profissionais liberais, para mim, estava resolvido. Tanto que não houve grande manifestação na votação na Câmara. O setor de saúde já está atendido, os profissionais do Simples Nacional já estão sendo atendidos. Quando você sai de uma faixa de R\$ 5 milhões, fora do Simples, é um profissional liberal que no nosso país é rico. Como você justifica pagar menos?

O relator destacou que o texto estabelece como detentores

do direito a uma alíquota menor as "profissões regulamentadas". Para ele, a expressão abre uma brecha para que novas profissões sejam criadas e regulamentadas em conselhos, após do incentivo fiscal.

Outro trecho polêmico da proposta prevê a manutenção de benefícios fiscais para indústrias automobilísticas do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. O artigo 19, que direciona uma isenção exclusivamente para fábricas das regiões, havia caído em votação na Câmara. Mas o texto foi retomado pelo Senado, que acrescentou o incentivo para indústrias de carros com motores movidos a combustíveis fósseis. Antes, a ideia era manter o benefício apenas para veículos elétricos.

— Acho que é difícil construir um acordo porque as posições dos estados estão muito bem colocadas de um lado e de outro. Isso vai ser decidido na hora da votação. Eu tinha colocado no meu texto e foi suprimido por decisão do plenário — disse Ribeiro.

Os deputados podem solicitar o destaque de uma parte do texto com a qual não concordem e, então, apenas esse trecho vai a votação, separado do restante.

Ribeiro também defendeu a aprovação das leis complementares que vão regular a reforma e determinar as alíquotas do IVA antes das eleições municipais de 2024. O Congresso costuma ficar mais esvaaziado em épocas eleitorais,

prejudicando as votações. — Tem que ser aprovado no primeiro semestre para cumprir o calendário constitucional. A reforma dá um prazo de 180 dias para o Executivo apresentar as leis complementares ao Congresso, mas não podemos esperar esse prazo — defendeu o relator.

ANTES DO NATAL

Ribeiro espera que a Reforma Tributária seja votada na semana que vem, como tem garantido o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com promulgação antes do Natal: — A ideia é finalizar a votação na semana que vem. A promulgação acho que vai ser uma data solene, acho que antes do Natal.

O relator na Câmara também quer agrupar os produtos nos quais os consumidores terão *cashback* (devolução de impostos), como alimentos e produtos de higiene. Ele defende ainda que o texto tenha apenas uma cesta básica de alimentos com imposto zerado. O Senado acrescentou uma "cesta básica estendida", com produtos com desconto de até 60%. Ribeiro prefere que os itens estejam apenas na lista de imposto a ser devolvido à população.

— A cesta básica já é estendida. É melhor organizar o restante no *cashback*. Se tivermos mais um tipo de cesta básica, o cara pode pedir para entrar nessa outra modalidade com benefícios.



“Eu pedi à Fazenda o impacto de tudo até esta sexta-feira (ontem). Quero entender qual foi a intenção de incluir determinados setores no regime específico, para ter uma tributação menor. Tecnicamente, vou propor o que deve ficar, e nós vamos submeter à política”

“Quero entender por que a sociedade de futebol ficou com regime diferenciado. No caso das aéreas, achamos que deveria ser só aviação regional, porque elas têm um custo de implementação, onde o ICMS pesa muito, sobretudo os combustíveis”

“Como não tem marco temporal, qualquer empresa pode ir para a Zona Franca e impactar todo mundo. Essa é uma das questões mais críticas. Vamos ter que nos entender com o Senado, com a Fazenda e fazer uma avaliação técnica”

“Em relação aos profissionais liberais, para mim, estava resolvido. Tanto que não houve grande manifestação na votação na Câmara. O setor de saúde já está atendido, os profissionais do Simples Nacional já estão sendo atendidos. Quando você sai de uma faixa de R\$ 5 milhões, fora do Simples, é um profissional liberal que no nosso país é rico. Como você justifica pagar menos?”

“A ideia é finalizar a votação na semana que vem. A promulgação acho que vai ser uma data solene, acho que antes do Natal”

“A cesta básica já é estendida. É melhor organizar o restante no *cashback*”

Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 15